

37º Encontro Anual da ANPOCS

ST 21 – Esporte e Sociedade.

**LOCAIS DE TREINAMENTO PRÉ-JOGOS: O
FALSO JOGO INICIA ANTES DOS JOGOS
OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS**

Carlos Nazareno Ferreira Borges

LOCAIS DE TREINAMENTO PRÉ-JOGOS: O FALSO JOGO INICIA ANTES DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS.

Introdução

O texto que apresento se trata de um ensaio pelo qual dialogo com a literatura para discutir as evidências de que o Processo de Cadastramento e Seleção de Locais de Treinamento Pré-Jogos, proposto pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro 2016, chamado de Comitê Rio2016TM,¹ com características de promessas de legados para diversas cidades além do Rio de Janeiro, tem gerado expectativas ilusórias, movidas por interesses de coalizões, e que tendem a gerar problemas já desde a fase de preparação e mesmo depois dos Jogos. Entre os principais problemas se destaca o investimento público em construções que, justificada no mencionado Processo, têm uma relação custo-benefício que compromete a iniciativa e coloca em questão as políticas de direitos universais de acesso ao esporte e lazer.

Em recorte, apresentarei um material empírico que consta de matérias publicadas em um periódico de grande circulação no Estado do Espírito Santo, retirando dali evidências de como esse processo de cadastramento e seleção parece ter construído junto às cidades que abrigam instalações esportivas selecionadas naquele Estado, uma expectativa de legados que podem não vir a se efetivar. Mostrarei que isso ocorre porque os investimentos são realizados na espera de retornos que podem não acontecer, e que, portanto, são investimentos de risco.

Em termos estruturais do ensaio, faço apresentação geral do Processo de Cadastramento e Seleção; apresento a particularidade do caso capixaba;² por fim, faço a apresentação e discussão do material empírico disponível para sustentar minhas hipóteses.

Processo de Cadastramento e Seleção de Locais de Treinamento Pré-jogos.

O Comitê Rio2016TM, seguindo um protocolo recente dos Jogos Olímpicos da era moderna, instituiu uma ação que visa oferecer aos comitês olímpicos e paralímpicos dos países que disputarão os jogos Rio 2016, as condições de aclimatação para as

¹ Optei por deixar a grafia do comitê nessa forma porque designa a marca de direitos autorais. O uso dessa forma funciona no texto mais como uma charge.

² Termo que designa a naturalidade relativa ao Estado do Espírito Santo.

competições nos anos que as antecedem. Esse período de aclimatação se refere a um tipo de treinamento especial no ciclo de preparação olímpica, e em geral, constitui-se de programas com demandas de tempo maior do que a participação na competição em si. Nesses programas de treinamento, atletas estrangeiros vêm ao país-sede antes dos Jogos, para aclimataram-se às condições locais, concentrarem-se, aperfeiçoarem-se no treinamento, e até reabilitarem-se clinicamente quando for o caso, tudo visando o melhor resultado na competição. Como se vê, a ação se constitui em importante estratégia das etapas de treinamento de rendimento, mas que supõe a necessidade de infraestrutura planejada. Por isso o Comitê Rio2016™ se refere aos Locais de Treinamento Pré-Jogos como viabilidade para oferecer “aos atletas de todos os esportes, incluídos no Programa de Competição dos Jogos Rio 2016 [...], a oportunidade de treinarem no Brasil nos anos que antecedem os Jogos Rio 2016.”³ (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016, 2011, P. 5)

Para atender às demandas dos Comitês Olímpicos Nacionais (CONs) e Comitês Paralímpicos Nacionais (CPNs) dos diversos países, não seria possível para o comitê Rio2016™ oferecer por sua própria conta as estruturas adequadas. Por isso, esse comitê organizador estabeleceu um processo de cadastramento e seleção que envolvesse outras instituições no território nacional, capazes de oferecer àqueles comitês a estrutura para os treinamentos necessários às competições, de acordo com os critérios prescritos pelas das Federações Esportivas Internacionais (FIs) e Federações Esportivas Paralímpicas Internacionais (FEIPs).

A ação do comitê Rio2016™ na direção do que vim relatando, denominou-se de “Cadastramento de Locais de Treinamento Pré-Jogos”, e consta de um processo de seleção de instalações em todo o território nacional, que melhor atendam às exigências mencionadas. Para essa seleção foi montado um edital, acompanhado de um regulamento, onde consta um extenso processo até que cada instalação seja aceita e passe a compor o “Guia de Locais de Treinamento Pré-jogos”, o qual se constitui no instrumento de oferta das instalações aos CONs e CPNs.

³ Esse documento será mencionado diversas vezes nesse ensaio. Em termos de esclarecimento, informo que se trata de um regulamento apresentado anexo ao edital que foi publicado pelo Comitê Rio2016™ para o cadastramento e seleção de instalações pra locais Pré-jogos. Outro esclarecimento é que o comitê se chamava à época de paraolímpico, porque somente em novembro de 2011 o Comitê Paraolímpico Brasileiro acatou a nova denominação de Paralímpico, alinhando-se à terminologia internacional. Dessa forma, também o comitê de organização dos jogos alterou sua denominação e, nesse ensaio utilizo somente o termo paralímpico.

Segundo documentação do processo de cadastramento implementado pelo Comitê Rio2016™,

A seleção de uma Instalação e sua respectiva inclusão no Guia de Locais de Treinamento Pré-Jogos não vincula ou obriga seu uso pelo Rio 2016, pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) ou por qualquer outro CON ou CPN, podendo a mesma não ser utilizada em parte ou em sua totalidade como Local de Treinamento Pré-Jogos (IBIDEM).

Portanto, vê-se que segundo o instituído pelos documentos normativos do processo de cadastramento, após aceitas as candidaturas de instalações, apenas se gera a expectativa de que as mesmas possam efetivar convênios com os comitês estrangeiros, sem que exista nenhum compromisso do Comitê Rio2016™, e nem mesmo esse comitê faz qualquer mediação para que convênios aconteçam. Nesse caso, é possível que, após candidatar-se ao Processo e investir na infraestrutura, uma instalação não faça qualquer convênio para receber um comitê estrangeiro para a aclimatação.

Fácil observar que a candidatura de entidades e cidades para que suas instalações concorram ao aceite para compor o “Guia de Locais de Treinamento Pré-jogos”, constitui-se em um empreendimento de risco, ou melhor, um investimento de risco. Mesmo que as entidades possuam uma instalação acabada e dentro dos parâmetros exigidos pelo processo de seleção mencionado, as entidades devem “Arcar com os custos referentes a eventuais visitas técnicas que a Comissão Avaliadora realizar” (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016, 2011, P. 22), isto significa que nenhum custo inicial é zero.

Quando os investimentos em construções e adequações de instalações segundo os critérios prescritos pelas FIs e FEIPs se fizerem necessários, e ainda que sejam argumentados como promessa de um legado tangível,⁴ permanece a ideia do risco, uma vez que legados recentes de outros eventos foram mencionados nos estudos de Terra (2012) como discutíveis em termos de relação custo-benefício e uso efetivo por populações, sobretudo na forma de políticas públicas de uso de espaços e equipamentos. Voltarei a essa discussão adiante.

⁴ Poynter (2006) caracterizou os legados esportivos como tangíveis e intangíveis. Como caracterização de legados tangíveis podemos considerar toda a infraestrutura esportiva ou de apoio de um megaevento esportivo. Se considerarmos que esses legados podem ser avaliados tomando como parâmetro a relação custo-benefício, então esses legados têm ampla relação com o aspecto econômico. Quando nos referimos aos legados intangíveis estamos nos referindo aos efeitos dos legados que se repercutem de formas diferentes. Um bom exemplo pode ser a imagem que determinada cidade ou país passam a ter após a realização de um evento de grande porte.

Retornando à questão que eu vinha abordando, faço ver que, uma vez aceitas as instalações conforme preveem os documentos normativos do Processo de Cadastramento e Seleção, as entidades investem providenciando as adequações exigidas pelas FIs e FEIPs,⁵ que porventura tenham ficado remanescentes por ocasião da candidatura. Isso implica em assumir responsabilidade por “todos os custos que se fizerem necessários referentes à construção e/ou reforma, modernização destas instalações” (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016, 2011, P. 21). Portanto, candidaturas aceitas com instalações ainda por construir, mediante a apresentação comprovada de projetos, investem na implementação dos projetos relacionados.

O risco ao qual me reportei pode aumentar, se considerarmos que os documentos normativos preveem que as entidades assumam responsabilidades pelo “atendimento às necessidades dos CONs e CPNs, mesmo dos serviços complementares que serão contratados de terceiros” (IBIDEM). Nesse caso, os documentos normativos não garantem muita proteção às entidades, uma vez que a prescrição aponta que a proprietária da instalação tem o poder de “Decidir pela cobrança ou não pelo uso da Instalação e serviços nela disponibilizados” (IBIDEM). Dessa forma, se a proprietária de instalação houver decidido por não cobrança em dinheiro pelo uso da instalação, algum risco de prejuízo alto pode estar associado ao seu empreendimento, porque além de não obter retorno imediato algum para o investimento, não há garantias de usos adequados após o período dos Jogos Olímpicos.

Quando venho me referindo ao termo “prejuízo”, já estou me adiantando de que a relação custo-benefício de candidatura de uma instalação esportiva como Local de Treinamento Pré-jogos está apostando em dois tipos de ganhos que no mínimo eu chamaria de: incertos. O primeiro diz respeito à possibilidade de ser contratada por um CON e/ou CPN por períodos curtos pré-jogos, cuja arrecadação por locação não cubra os custos investidos. O segundo, contando com um possível legado que dependerá de programas de uso das instalações que ainda não podem ser controlados em termos de vantagens, sobretudo se considerarmos os investimentos em manutenção. Lembro mais uma vez que todos os investimentos aos quais vim me referindo, são de responsabilidade exclusiva das entidades que se candidataram e foram aceitas para o Processo de

⁵ Item 5.3.1 do Regulamento do Processo de Cadastramento e Seleção de Locais de Treinamento Pré-jogos

Cadastramento e Seleção; e envolve não somente gastos referentes às obras nas instalações, como também o financiamento de indivíduos vinculados ao Comitê Rio2016™ quando em visita técnica às instalações.

Não obstante os riscos diretos das instalações há ainda a chancela das cidades às quais as instalações estão vinculadas. O Processo de Cadastramento e Seleção de Locais de Treinamento Pré-jogos prevê a co-responsabilização das cidades com a candidatura das instalações, quase que tornando as cidades como “sede de locais de Treinamento Pré-jogos”. As cidades devem “Assegurar que os serviços públicos de transporte, saúde, turismo, lazer, segurança, dentre outros, sejam compatíveis com a demanda e atendam as necessidades dos CONS, CPNs, equipes de mídia, etc. que porventura venham a visitar o município” (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016, 2011, P. 22). Portanto, as responsabilidades das cidades de alguma forma implicam responsabilidades ao Poder Público dos Municípios e/ou dos Estados nos processos de candidatura. Isso tem implicações complicadas quanto a efetivação de investimentos públicos em interesses privados, ainda que muitas vezes argumentados como interesses públicos.

Como se viu até aqui, o Comitê Rio2016™ se coloca exclusivamente como promotor do processo de cadastramento, eximindo-se de qualquer responsabilidade referente a custos, ou mesmo a receitas, uma vez que segundo o documento normativo do processo de cadastramento esse comitê se exime da “[...] responsabilidade de indicar instalações aos CONS e CPNs” (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016, 2011, P. 21); ou de participar de acordo e contratos entre as entidades e os CONS e CPNs, eximindo-se inclusive da “Responsabilidade sobre as condições, ocorrências, riscos, sinistros ocorridos durante a realização do Programa de Treinamento Pré-Jogos” (IBIDEM).

Ao final dessa seção, vemos que a iniciativa do Comitê Rio2016™ quanto ao Processo de Cadastramento de Locais de Treinamento Pré-jogos, inscreve-se em uma lógica coerente com os objetivos desse mesmo comitê para o evento Jogos Olímpicos Rio 2016, evento esse largamente criticado na produção acadêmica atual como direcionado por interesses de grupos corporativos (MASCARENHAS, 2012a, 2012b).

A seleção de instalações no Estado do Espírito Santo

O Estado do Espírito Santo é uma das unidades da federação que abriga entidades públicas e privadas proprietárias de instalações esportivas que se candidataram ao Processo de Cadastramento e Seleção de Locais de Treinamento Pré-jogos, tendo sido selecionadas 09 instalações na Região Metropolitana de Vitória, incluindo a própria capital do Estado. São as seguintes as instalações: *Estádio Estadual Kleber Andrade*; *Centro de Treinamento Estadual Jayme Navarro de Carvalho*; Associação Esportiva Recreativa Tubarão (AERT); *Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)*; Clube Ítalo Brasileiro; Clube de Natação e Regatas Álvares Cabral; *Ginásio Jones dos Santos Neves (DED)*; Iate Clube do Espírito Santo; Núcleo de Desenvolvimento Humano e Econômico Serra - Estação Conhecimento Serra; *Parque Tancredão*. As instalações em destaque são equipamentos esportivos públicos, o que denota situações diferenciadas de candidatura e investimentos públicos. Sobre essas situações também me deterei adiante no texto.

Por apresentar condições climáticas e geográficas semelhantes às do Rio de Janeiro, acreditou-se que as instalações esportivas capixabas teriam grandes chances de serem aceitas e de estabelecerem convênios com comitês estrangeiros interessados na aclimatação. Nesse sentido, já desde as candidaturas, representantes das entidades proprietárias das instalações constituíram, sob coordenação do Governo do Estado, um comitê local, responsável por potencializar êxito no processo para todas as entidades. Para isso, o comitê conta com apoio também de entidades das redes hoteleiras e hospitalares.

A constituição do Comitê Capixaba 2016 foi um ato oficial do governo do Estado⁶ (23 de março de 2011), o qual criaria também o Comitê ES Copa 2014 (08 de abril de 2011), para inserir o Espírito Santo no movimento nacional em torno do Campeonato Mundial de futebol da FIFA. Ambas as iniciativas se caracterizam por reunir um grupo intersetorial da gestão estadual e representações da sociedade civil no sentido de planejar e viabilizar a inserção⁷ do Espírito Santo nos megaeventos mencionados. No caso específico do Comitê Capixaba 2016, compõem o grupo o secretário de esporte

⁶Disponível em <<http://gov-es.jusbrasil.com.br/politica/6762715/governo-cria-comite-capixaba-2016-para-projetar-o-espírito-santo-durante-os-jogos-olimpicos-no-brasil>>. Acesso em 12 de set. de 2012.

⁷O Comitê Rio2016™ inseriu no Regulamento do processo de Cadastramento e Seleção de Locais de Treinamento Pré-jogos, um item no qual se anuncia a expansão dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro 2016 para todo o território nacional. Segundo se lê no ite1.2: “Os Jogos Rio 2016 serão os Jogos da celebração e transformação através do esporte. Esta transformação poderá ser ampliada a todo país com a escolha dos Locais de Treinamento Pré-Jogos.”

(coordenador); representantes da Secretaria de Turismo e da Secretaria de Recursos Humanos; representantes das Federações Esportivas do Estado; a Fundação Espírito Santo Turismo & Eventos □ Espírito Santo Convention & Visitors Bureaux; o Sindicato dos Restaurantes, Bares, e Similares); o Movimento Empresarial do Espírito Santo - Espírito Santo em Ação; e a Agência de Desenvolvimento do Turismo Metropolitano.

Pelo que se pôde visualizar, o comitê é composto por diferentes setores do Governo do Estado, tendo deixado em aberto a perspectiva de convite às prefeituras municipais das cidades que possuem as instalações esportivas candidatas a locais de Treinamento Pré-jogos. O número de representantes do Poder Público parece significativo no comitê, o que indica a importância que o governo deu à pauta, e pode indicar também as intencionalidades de investimento. Mas, o comitê também comporta instituições do setor privado, parceiras do governo em outros empreendimentos,⁸ e que tanto pode indicar captação do envolvimento dessas instituições na iniciativa em tela, como pode indicar mais investimentos públicos nos interesses de tais instituições do setor privado.

É fato que na atual gestão o governo tem investido bastante no setor de esporte, alegando que os investimentos fazem parte das metas de desenvolvimento de políticas públicas para o setor com intuito de colocar o estado nos cenários nacional e internacional. Esse tipo de iniciativa é coerente com as metas anunciadas no Plano de Desenvolvimento do Estado até 2025, denominado de Plano ES 2025. Areias et al. (2012) indicaram que um dos principais eixos desse plano para o esporte pretendia utilizar do esporte para projetar o estado nacionalmente e internacionalmente, conseguindo com isso também a melhoria da autoestima do capixaba.

Uma vez instalado o comitê, e tendo o mesmo fomentado as entidades candidatas por meio de promessas de estudos, projetos, eventos e ações de suporte às candidaturas, assim que anunciadas as entidades selecionadas no Estado (objetivo constante no ato de criação), o comitê passou desempenhar o papel de anunciante das instalações para os CONs e CPNs, inclusive tendo sido representado nos Jogos de Londres 2012.⁹

⁸ Por exemplo, o Movimento Empresarial do Espírito Santo - Espírito Santo em Ação foi a entidade responsável (contratada) para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025.

⁹ A edição do jornal A GAZETA *on line* do dia 31-07-2012 traz a manchete da presença e trabalho do secretário estadual de esportes e lazer, junto com membros do Comitê Capixaba Rio 2016. O objetivo era divulgar as instalações esportivas do Estado como locais de Treinamento Pré-jogos.

Os discursos construídos sobre as instalações esportivas capixabas como Locais de Treinamento Pré-jogos.

Frequentemente, o discurso usado pelo Comitê Rio2016™, anunciado no documento normativo do processo de Cadastramento de Locais de Treinamento Pré-jogos e reafirmado no seminário e workshop¹⁰ realizados por esse comitê às entidades que foram selecionadas no processo, refere-se à candidatura das instalações, entidades e cidades ao processo de cadastramento e seleção como um a oportunidade de participação no movimento esportivo em torno dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Essa proclamada oportunidade representa concretamente, segundo o comitê, possibilidades de legados nas cidades participantes do processo de cadastramento e seleção.

Em uma rápida consulta aos principais jornais *on line* das capitais brasileiras que abrigam instalações selecionadas no Processo de Cadastramento de Locais de Treinamento Pré-jogos, vi que o discurso do Comitê Rio2016™ faz eco. No âmbito desse ensaio, foi possível perceber em consultas *on line* ao principal periódico do Estado do Espírito Santo, que o Governo do Estado, representado fortemente pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, cujo secretário coordena o Comitê Capixaba, é de que o investimento nas instalações representa perspectivas de desenvolvimento para o Estado, sobretudo nas cidades onde as instalações se localizam. Os principais argumentos se centram na melhoria de instalações esportivas para a prática de modalidades esportivas de alto rendimento, permitindo inclusive que o Estado receba grandes eventos esportivos nas modalidades cujas instalações foram selecionadas.

Em continuidade, afirma-se também que inserção das instalações como Locais de Treinamento Pré-jogos estimulam a cultura esportiva, o que impacta em indicadores sociais, principalmente na redução da violência urbana. Esses dois argumentos são significativos para caracterizar a certeza que o Poder Público no Espírito Santo deposita no legado tangível para as entidades e para o Estado, bem como um legado intangível em termos de impactos em soluções de problemas sociais.

Essa certeza do Poder Público que eu afirmo ser presente pode ser captada em discursos publicados na mídia local, e parece ser também uma certeza corroborada por

¹⁰ O Comitê Rio2016™ realizou um Seminário de Orientação para as entidades proprietárias de instalações selecionadas como Locais de Treinamento Pré-jogos no dia 23 de maio de 2011 no Rio de Janeiro. Nos dias 20 e 21 de março de 2012 foi realizado outro evento, desta vez um workshop. O material está disponível em < <http://www.rio2016.com/treinamentoprejogos/documentos>> Acesso em 23 de nov. de 2012

essa mídia local. Nesse sentido, ao consultar em ferramentas *on line* o principal periódico de notícias no Estado, usando palavras-chave relacionadas ao objeto desse ensaio, tais como: Espírito Santo no Rio 2016, instalações capixabas e cadastramento pré-jogos, instalações capixabas e guia pré-jogos; encontrei um total de 15 referências no período de 23 de março de 2011 (instalação do Comitê Capixaba Rio 2016) e 31 de março de 2013 (término de consulta determinado para fechar o ensaio). A opção por utilizar esse material se deve pelo menos a dois motivos: a) Como disse, é o periódico de maior circulação no Estado por meio impresso, e líder de acessos virtuais; b) o periódico consultado *on line* foi mencionado com outros periódicos no estudo de Martinuzzo (2012) como tendo estreitas relações com a trajetória histórica e conexões socioeconômicas e políticas no Espírito Santo, sendo que o periódico tomado é de propriedade de grupo historicamente influente na política estadual.

O material coletado foi organizado pela técnica de análise de conteúdo de Bardin (2009), sendo que as recorrências nos textos me permitiram organizar os dados em duas categorias, ambas surgidas a partir de sustentações de vantagens e legados para o Estado e para as instalações selecionadas como Locais de Treinamento Pré-jogos: As sustentações proclamadas pelo Poder público e por representantes de CONs e CPNs; as sustentações proclamadas pelo próprio veículo de comunicação (editorial).

As sustentações proclamadas pelo Poder Público e por representantes de CONs e CPNs.

Durante o período de coleta de evidências para esse ensaio, o periódico publicou muitas matérias que se reportam ou apresentam falas do secretário estadual de esportes que em seu nome ou do governador, faz alusão aos ganhos para o Estado e para as entidades quanto ao fato das instalações haverem sido selecionadas.

“Uma nova visita será feita em novembro deste ano. **Enquanto isso vamos trabalhar em conjunto para apresentar projetos que estejam de acordo com as especificações do Comitê Australiano. Intervenções que atenderão os atletas e deixarão importantes legados para o esporte capixaba.** Saio da reunião extremamente motivado e animado. Os sinais foram positivos e tenho certeza que essa troca de informações será de suma importância para todos nós”, emendou o secretário.¹¹ (grifo meu)

A possibilidade de receber delegações estrangeiras abre a possibilidade de um intercâmbio entre potências do esporte e o Espírito Santo em diversas modalidades. Por isso, em conversa com a comitiva australiana, Vandinho

¹¹ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 01-08-2012. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

frisou o interesse do Espírito Santo em realizar intercâmbios entre os esportes que poderão vir ao Estado para treinar.

"Esta é uma oportunidade ímpar para evoluirmos e aprendermos com países que estão em outro estágio do esporte. Não queremos só receber atletas nas nossas dependências. Esperamos das delegações estrangeiras cursos e capacitações não só para os técnicos e atletas, mas também entre os cientistas dos dois países", declarou aos australianos, que sinalizaram positivamente à condição do secretário. (grifo meu)

Em novembro, a seleção de natação da Austrália confirmou a escolha pelo Centro Jayme Navarro de Carvalho, para treinamentos pré-Rio 2016. **O anúncio oficial foi feito pelo governador Renato Casagrande**¹² (grifo meu)

Os trechos apresentados deixam claros os argumentos de legados tangíveis e intangíveis para o Estado, instituições e indivíduos. Nesse sentido, não somente o trabalho do Comitê Capixaba Rio 2016, mas o próprio trabalho da secretaria parece se dirigir por essa certeza. Por outro lado, a ideia é reforçada na sustentação dada pelo governador, o qual pessoalmente se envolve nas ações relacionadas ao trabalho do comitê local, conforme foi possível demonstrar.

Da mesma forma, as matérias trazem falas do secretário ou dirigentes de federações esportivas sobre as possibilidades e efetivas escolhas em andamento das instalações do Estado por parte de CONs e CPNs.

A ideia capixaba é mostrar a facilidade que as delegações olímpicas teriam ao se instalarem no Espírito Santo, já que o **Estado fica próximo do Rio de Janeiro** (40 minutos de voo) e **tem clima semelhante ao carioca**, o que facilitaria na adaptação dos atletas antes dos Jogos Olímpicos.¹³

"[...] o Espírito Santo passou a ser observado com atenção, pois **temos grandes projetos estruturais, instalações aprovadas e que estarão no Guia de Locais de Treinamento Pré-Jogos e também devido à nossa localização geográfica, que permite esse interesse dos comitês olímpicos**", disse Vandinho Leite.¹⁴

"Eles estão surpresos com nossa vontade em levá-los para o Espírito Santo. **Nossos investimentos na construção de novos equipamentos esportivos também foram ressaltados por eles.** Com mínimas intervenções nas estruturas já existentes nós estaremos em condições de receber as 11 modalidades esportivas que os australianos pretendem levar para treinar em outro Estado", explicou Vandinho Leite.

O secretário Estadual de Esporte e Lazer, Vandinho Leite, ressaltou que os australianos deixaram o Espírito Santo na expectativa de voltar. "Eles vão decidir após Londres, mas ficou uma impressão muito positiva de que eles podem escolher o Espírito Santo como referência para o Rio 2016".¹⁵

¹² Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 01-12-2012. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

¹³ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 15-03-2012. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

¹⁴ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 01-08-2012. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

¹⁵ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 02-11-2011. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

O Governo do Estado investiu mais de R\$ 100 milhões em infraestrutura com o Estádio Estadual Kleber Andrade, em Cariacica, o Centro de Treinamento Jayme Navarro de Carvalho e o Parque Tancredão, ambos em Vitória. Vandinho Leite conta que novo estádio Kléber Andrade deixou os australianos impressionados. "**O volume de investimentos ali deixou a comissão impressionada**, como outras obras que foram elogiadas pelos australianos".¹⁶

As situações serão fechadas nesta quarta-feira com o Governador Renato Casagrande. Será assinada a vinda deles. Mas a partir deste ano eles já virão. Eles estarão no Espírito Santo este ano, em outubro, já que em 9 e 10 de dezembro teremos uma etapa do Mundial de Triatlo no Rio de Janeiro, com o mesmo local de provas das Olimpíadas. Assim, eles vão eliminando esses ajustes que seriam imediatos em 2016. Eles voltam em 2016 sem nenhum tipo de problema. Para nós é maravilhoso. A Austrália no triatlo é grande. "Eles estrearam o triatlo em Sidney, nos Jogos que foram organizados por eles", explicou Carlinhos Fróes, presidente da CBT

Para o secretário de Estado de Esportes e Lazer, Vandinho Leite, as visitas estrangeiras são consequência do trabalho que o Espírito Santo tem feito para aproveitar os grandes eventos esportivos, que se aproximam no Brasil. "Já recebemos dirigentes da Grã-Bretanha e os próprios australianos. Além disso, estamos conversando com outros países visando não só as Olimpíadas, mas também a Copa do Mundo", afirmou Vandinho.¹⁷

Uma vez que a defesa do argumento quanto aos legados se consolida, faz-se necessário melhorar os argumentos que apresentam as reais possibilidades do investimento ser aproveitado, isto é, do risco ser diminuído, senão eliminado. Nesse sentido, busca-se a apropriação e apresentação da certeza de que as instalações esportivas locais serão aceitas por CONs e CPNs. Os novos argumentos não se restringem à suposta qualidade dos equipamentos, mas, sobretudo, à semelhança geográfica e de clima entre as cidades capixabas que constam no Guia de Locais de Treinamento Pré-jogos e a cidade-sede dos Jogos Olímpicos 2015 □ o Rio de Janeiro.

Interessante começar a visualizar que os argumentos quanto aos investimentos realizados, à fidedignidade das adequações às exigências das FIs e FEIPs, e às similaridades geográficas e climáticas, convergem em justificativas para as eventuais escolhas já praticamente decididas por parte dos CONs e CPNs mencionados nas matérias. Outrossim, chama-se atenção para o anúncio de investimentos concentrados em instalações esportivas públicas, uma vez que o Poder Público não pode investir em instituições privadas. No entanto, não há menções quanto ao investimento em infraestrutura, o que potencializaria a escolha pelo conjunto das instalações capixabas.

A maioria dos argumentos quanto às escolhas das instalações capixabas apresentados nas matérias que se reportam às falas do Poder Público também aparece em matérias que se reportam às falas de representantes de CONs e CPNs. Da forma como os argumentos são apresentados fazem parecer que as iniciativas do Comitê Capixaba Rio 2016 estão alinhadas com os interesses de CONs e CPNs. No entanto, parece mais evidente o direcionamento de escolhas para instalações esportivas públicas, as quais vêm de fato recebendo investimentos constatados pelos visitantes.

¹⁶ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 05-03-2013. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

¹⁷ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 30-11-2012. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

Durante a reunião, Mathew Favier avaliou que a grande Vitória possui condições para abrigar atletas de atletismo, ciclismo, natação, polo aquático, vôlei, basquete, futebol, hóquei, remo, vela e canoagem durante o período de treinamento visando os Jogos Rio 2016. **Clima, localização, proximidade com a cidade sede da competição, investimentos do Governo do Espírito Santo, estruturas já prontas, incentivo ao esporte de alto rendimento e aos atletas, e o interesse em deixar legados para os capixabas** foram detalhes que chamaram a atenção e Mathew Favier.¹⁸ (grifo meu)

Collin ressaltou que **o Espírito Santo está bem localizado** e há uma grande chance da delegação se hospedar por aqui nas Olimpíadas. "Vitória é uma cidade linda e lembra a Austrália. Ela tem uma boa infraestrutura e **fica perto do Rio de Janeiro**. Acredito que vai dar para garantir por aqui a passagem da delegação", frisou Collin. (grifo meu)

"Somos muito exigentes no que diz respeito às instalações e o ambiente. Tivemos boa impressão dos locais visitados. O que procuramos aqui é infraestrutura para atender cerca de 300 atletas, oferecendo qualidade de trabalho e segurança. **O Espírito Santo provavelmente atende às exigências**, mas temos que ser cautelosos antes dar uma resposta oficial", declarou Mark, que, não quis cravar um prazo para determinar a participação ou não do Estado na campanha inglesa em 2016.¹⁹ (grifo meu)

Mark e Tannya gostaram das palavras, mas não foram enfáticos sobre a real chance do Espírito Santo em abrigar os ingleses na véspera dos Jogos Olímpicos do Rio. "É importante fazer esse planejamento com antecedência. De imediato, viemos checar o que o Espírito Santo tem para oferecer. **Gostamos do que vimos**. Só que se trata de um trabalho minucioso e vamos começar a tratar disso assim que a gente retornar à Inglaterra", completou a consultora de esportes.²⁰ (grifo meu)

Pelo que vim comentando, parece haver a necessidade de se abordar pelo menos duas questões: os argumentos apresentados se dirigem ao aproveitamento das instalações públicas que têm sido alvo de investimentos, assim como espaços públicos que não constavam nas candidaturas, como é o caso do espaço necessário para as provas de triatlo. Nesse caso, o investimento está declarado em opção pelo esporte de alto rendimento, o que já sabemos não potencializar retorno universal aos cidadãos, da mesma forma que se contestam os legados tangíveis dos equipamentos esportivos dos próprios jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.²¹ Apesar da questão levantada, a iniciativa está alinhada com o Plano ES 2025.

A segunda questão se relaciona exatamente com a fragilidade de investimentos na infraestrutura necessária à potencialização de escolha das instalações privadas. Nesse caso, há pelo menos duas contradições. A primeira relaciona-se com o incentivo para que as entidades privadas invistam nas construções e adequações de suas instalações, que podem não ser utilizadas pelos CONs e CPNs, e nem mesmo pela população após os megaeventos. Nesse caso, as entidades privadas estariam investindo em empreendimentos de risco maior, e por qual motivo seria? A segunda

¹⁸ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 01-08-2012. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

¹⁹ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 02-11-2011. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

²⁰ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 20-03-2012. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

²¹ Para aprofundar recomendo consulta ao trabalho de Terra (2012).

contradição é que o direcionamento dado atrai majoritariamente os CONs e CPNs para as instalações públicas, com maior investimento e maior confiabilidade de uso, mas que caracteriza interesse de uso do equipamento público pela iniciativa privada, sem largas projeções de uso por parte de cidadãos locais.

Nesse último caso, chama-se a atenção para as perspectivas de uso do Estádio Kleber Andrade, que pode ficar sob administração privada, a exemplo do Estádio João Havelange (Engenhão), no Rio de Janeiro; e uso do Centro (Olímpico) de Treinamento Jayme Navarro de Carvalho, que já vem ocorrendo como, local de excelência em treinamento para atletas que não necessariamente capixabas, com profissionais não necessariamente capixabas.²²

Os comentários desse tópico são relevantes para a hipótese desse ensaio quanto a existência de um suposto falso jogo antes dos megaeventos, uma vez que os propagados legados parecem ser colocados em questão diante das evidências mostradas.

Sustentações proclamadas pelo próprio veículo de comunicação (editorial)

O conjunto de matérias que encontrei indicam duas tendências de participação da mídia, nesse caso, o periódico consultado. Em uma primeira tendência eu chamo atenção para a exaltação de mérito da gestão estadual quanto à condução da iniciativa de inserção do Espírito Santo no movimento em torno dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Parece haver um reconhecimento e proclamação do esforço empreendido, pelo menos no que diz respeito à iniciativa pontual de ingressar no Processo de Cadastramento e Seleção de Locais de Treinamento Pré-jogos.

Todos estão na lista dos 170 CTS, e agora, estão disponíveis para todos os Comitês Olímpicos Internacionais. Alguns, inclusive, já visitaram o Espírito Santo, com o da Austrália, Alemanha, Noruega, entre outros. Outros devem desembarcar no Estado nos próximos meses, principalmente após a empreitada capixaba, que com uma comitiva da Secretaria de Esportes e Lazer, está em Londres para fazer lobby pela campanha capixaba de receber delegações para 2016, visando o período de treinamento pré-jogos.²³

O Governo do Estado, está realizando mais de 150 obras em todo o Espírito Santo para que as instalações esportivas do Estado possam estar equipadas para receber delegações olímpicas.²⁴

²² O Centro Olímpico Jayme Navarro de Carvalho (COES) é um macro equipamento esportivo de propriedade do Governo do Estado, mas administrado pela empresa paulista Instituto do Desenvolvimento do Esporte e Ação Social (Ideas), vencedora de edital publicado para esse fim. O escopo do COES é desenvolver o esporte de alto rendimento e de base, tornando o Espírito Santo referência nacional em 09 modalidades olímpicas. Para isso, contrata profissionais de competência reconhecida e seleciona interessados por meio de “currículo” esportivo. Maiores informações em <http://www.ideas-pec.org.br/coes/index.php/noticiasjsn/item/108-centro-olimpico-jayme-navarro-de-carvalho?jsn_setmobile=no> Acesso em 12 de fev. de 2013.

²³ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 30-07-2012. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

²⁴ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 25-09-2012. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

Não são só os atletas capixabas que estão suando a camisa por conquistas em Londres. Uma comitiva do governo do Estado também está na Inglaterra correndo atrás de um objetivo, mas visando uma outra Olimpíada: a de 2016, no Rio de Janeiro.²⁵

O secretário de Esportes, Vandinho Leite, chegou à capital inglesa na última quinta-feira. E desde então tem feito contatos com comitês de outros países para convencê-los de que o melhor lugar para se concentrar no Brasil durante os Jogos é o Espírito Santo.

Mas não é só Vandinho que está animado. O coordenador do sistema pré-jogos Rio 2016, Agberto Guimarães, também fez elogios ao Estado. "O material que o Espírito Santo distribuiu está muito bem elaborado. Pela proximidade com o Rio, o clima e as intervenções que vem sendo realizadas, o estado tem muitas chances de acolher alguma delegação", afirmou.

Comitiva do Governo vai à Londres e busca garantir Estado nas Olimpíadas de 2016. A comitiva comandada pelo secretário de Estado de Esportes e Lazer Vandinho Leite terá diversas reuniões com representantes de comitês olímpicos.²⁶

O Governo do Estado investiu mais de R\$ 100 milhões em infraestrutura com o Estádio Estadual Kleber Andrade, em Cariacica, o Centro de Treinamento Jayme Navarro de Carvalho e o Parque Tancredão, ambos em Vitória.²⁷

As matérias se referem aos investimentos sem que necessariamente se demonstre concretamente a comprovação da informação. Também não se constituiu estratégia metodológica desse ensaio investigar se os investimentos anunciados foram de fato implementados. Importante aqui é verificar a ênfase com que se anuncia o investimento em obras, fazendo parecer que de fato o Estado investe proporcionalmente em mesmo grau de importância que a cidade sede do Rio de Janeiro investe nas instalações próprias para os Megaeventos que lá acontecerão.

Por outro lado, a ênfase dada também ao trabalho do secretário de esportes e de membros do Comitê Capixaba Rio 2016 é de verdadeiros arautos do esporte capixaba, cujas ações certamente justificam os empreendimentos realizados e se constituem certeza de sucesso quanto à realização de treinamentos de delegações estrangeiras no Estado.

Além do reconhecimento e proclamação do trabalho realizado para inserção do Espírito Santo no movimento, há ainda uma segunda tendência das matérias: a de concentrar na apresentação do reconhecimento de CONs e CPNs quanto à qualidade das instalações capixabas e a recomendação dessas instalações no que diz respeito ao atendimento das necessidades dos interessados.

²⁵ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 31-07-2012. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

²⁶ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 26-07-2012. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

²⁷ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 05-03-2013. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 20 de mar. de 2013.

Apesar do segredo e das poucas informações divulgadas até agora, o GAZETA ESPORTES apurou que os australianos teriam gostado bastante do que viram no Estado. A raia da Baía de Vitória foi muito elogiada. O comitê da Austrália visitou outras cidades e os membros teriam dito que as instalações capixabas foram as melhores até o momento.²⁸

Uma comitiva inglesa realizou visita técnica ao Centro de Reabilitação Física do Espírito Santo (Crefes), em Vila Velha. A visita, realizada nesse domingo (24), foi acompanhada pelo secretário de Estado da Saúde, José Tadeu Marino. O objetivo foi verificar as condições estruturais da unidade, já que o Espírito Santo é um dos estados que poderá abrigar os atletas para os Jogos Paralímpicos de 2016.

Segundo a diretora-geral do Crefes, Rozangela Marins, a comitiva inglesa, formada pelo médico Nikki Diaper e pela enfermeira Georgia Sharples e, ficou impressionada com toda a estrutura de serviços apresentada pelo secretário e pela equipe do Crefes.²⁹

Britânicos voltam para casa e se reúnem com Federações Nacionais. Mark England, diretor de jogos e serviços, disse que seus técnicos gostaram dos locais visitados. A delegação britânica, composta por treinadores de modalidades olímpicas e membros da equipe técnica que visitou os centros de treinamento do Espírito Santo aprovados para as Olimpíadas 2016, voltaram para Londres e vão se reunir com as Federações Nacionais para discutir as possibilidades de virem para o Estado.

Mark England, diretor de jogos e serviços, disse que seus técnicos gostaram dos locais visitados. "Estamos agora no processo de compilação de todas as informações para apresentar ao nosso Conselho de Administração e as Federações Nacionais, para que tomem uma decisão. Todos os fatos serão informados a eles em nossa reunião, em quatro semanas", afirmou Mark. A equipe britânica levou para casa o Guia ES 2016. No Guia, o Espírito Santo é apresentado para o mundo esportivo, com a intenção de tornar o solo capixaba sede de treinamento para o período Pré-Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Entre os locais estão o Estádio Estadual Kleber Andrade, o Centro de Treinamento Jayme Navarro de Carvalho, o Ginásio Jones dos Santos Neves e o Clube Ítalo Brasileiro, onde a delegação ficou hospedada.³⁰

As evidências indicam de que a mídia local, especificamente representada no periódico que tomei como material empírico somam esforços ao Comitê Capixaba Rio 2016 para inserção do Espírito Santo no movimento em torno dos Jogos Olímpicos 2016. Eu poderia afirmar que essa mídia local joga junto com o comitê em prol da efetivação de escolha das instalações esportivas da Grande Vitória como Locais de Treinamento Pré-jogos. Quando as matérias não foram exaltadores do trabalho do comitê, ou não exaltaram a qualidade das instalações, mantiveram-se claramente como “torcedoras” do sucesso do empreendimento.

²⁸ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 02-11-2011. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

²⁹ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 25-02-2013. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 20 de mar. de 2013.

³⁰ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 25-09-2012. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

A vinda dos membros do comitê australiano foi vista com bons olhos. Para revelar alguns dos detalhes vistos no Espírito Santo, a comitiva concederá coletiva na sede do Iate Clube do Estado, na tarde desta quarta-feira.³¹ Será que vai dar certo? Torcemos para que sim. Além da inserção, serviria de espelho para nossos futuros atletas. Só a inspiração e os olhos das futuras gerações de atletas brilhando e motivados, é uma vitória.³²

Subjacente aos argumentos de representantes do Poder Público, de dirigentes das entidades esportivas, e da mídia local, está presente a ideia de legados tangíveis e intangíveis para o estado do Espírito Santo. Mas, há argumentos mais frágeis em termos concretos, que não tornam possível tecer comentários conclusivos quanto à sua efetivação. Trata-se em primeiro lugar da sustentação de que as entidades poderão obter receitas com a cobrança de contratos junto aos comitês estrangeiros, o que a meu ver não se constitui como possibilidade concreta de cobertura imediata dos investimentos econômicos realizados. Por último, mas não menos importante, há o discurso de incremento da cultura esportiva capixaba, a qual será beneficiada com a existência de instalações em nível de competições internacionais. A meu ver isso está condicionado ao uso que será dado aos equipamentos e de como esse uso permitirá acesso de quantitativos significativos dos cidadãos capixabas a tais equipamentos.

Uma breve discussão a respeito dos discursos encontrados

Todo o exposto até aqui, constitui um processo com evidências para duas direções perversas em termos de vivências do fenômeno esportivo no caso do Estado do Espírito Santo. A primeira direção, mais óbvia, é que o ingresso no Processo de Cadastramento e Seleção de Locais de Treinamento Pré-jogos representou uma estratégia de estímulo ao investimento na construção e reforma de instalações que atendesse ao interesse maior do Comitê Rio2016™, e nesse caso repercutisse no esporte de alto rendimento capixaba. Não há certeza quanto à obtenção de lucros imediatos originados dos possíveis convênios, como não há certeza quanto aos legados em termos de uso geral pela população. Isso porque, as instalações ou são de propriedade privada, ou quando de propriedade pública deverá ter usos específicos orientados pelo tipo de construção, material e práticas previstas. Nesse caso, em ambas as situações poderão ocorrer usos

³¹ Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 02-11-2011. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

³² Retirado em Matéria de A GAZETA *on line*, de 19-03-2011. Disponível em <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/esportes/index.php>> Acesso em 19 de dez. de 2012.

elitizados das instalações, talvez até resultando em uma relação custo-benefício indesejada.

A segunda direção parece indicar para o uso político local da inserção do Estado no Processo de Cadastramento e Seleção de Locais de Treinamento Pré-jogos, como estratégia de capital político mediante os resultados concretos da iniciativa. Ao final do período dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, o Espírito Santo poderá ter instalações adequadas às competições internacionais, com investimento público exclusivo em patrimônio público, mas com todo o incentivo do Governo do Estado à investimentos no patrimônio privado. E há ainda a possibilidade de investimentos em patrimônio público com repasse posterior para gestão privada, como ocorreu com equipamentos esportivos utilizados nos últimos Jogos Panamericanos do Rio de Janeiro em 2007, como tem ocorrido em recentes megaeventos sediados em outros países.³³ Portanto, a possibilidade de legados em si parece boa, mas os riscos de frustrações da população no acesso às instalações e a programas que nelas pudessem ser desenvolvidos são sempre eminentes.

As iniciativas do Poder Público no Estado do Espírito Santo se fundamentam em justificativas da necessidade e relevância de políticas públicas para o setor de esporte e lazer como vetor de desenvolvimento regional (GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, 1996). Estudos de Mascarenhas (2012a, 2012b) indicaram que esse tipo de procedimento tem sido presente no Brasil a partir dos Jogos Panamericanos de 2007, os mesmos que Terra (2012) diz ter deixado como principal legado, as condições estruturais para o Brasil lançar a candidatura do Rio de Janeiro à cidade sede do Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, que aliás foi oficializada no mesmo ano de realização desses jogos Panamericanos.

Mascarenhas (2012b) afirma ainda que a inserção das políticas públicas de esporte e lazer vinculadas aos megaeventos esportivos tem como pano de fundo o objetivo de projeção do país, não somente na área do esporte, como foi amplamente discursado, mas também no plano político econômico. Meniccuci (2006) já havia mencionado que determinadas questões entram na agenda governamental não somente porque são

³³ Os estudos de Terra (2012) trazem relevantes informações obre os encaminhamentos da gestão dos equipamentos esportivos construídos para o Panamericano de 2007, assim como dos encaminhamentos de gestão para equipamentos esportivos dos Jogos de Londres 2012, Copa Fifa da África do Sul 2010, Jogos Olímpicos de Pequim 2008. Os relatos são de gestão transferida de equipamentos construídos com financiamento público para gestão da iniciativa privada.

problemáticas, na forma como comumente são apresentadas, mas porque são tomadas como problemas políticos. Dessa forma, a autora diz que são demonstradas demandas por meio de mobilizações políticas de atores articulados que conseguem tornar determinadas situações reconhecidas como problemas que precisam ser encarados e resolvidos por meio de políticas públicas e, portanto, devem compor a agenda de governo.

Vimos isso ir acontecendo processualmente no Brasil, por inúmeras abordagens da mídia, principalmente a televisiva, por ocasião das transmissões esportivas, alegando a fragilidade do nível esportivo no Brasil e sugerindo investimentos no esporte de rendimento e na formação de base, o que inclui a escola, segundo esse tipo de discurso. A coisa evoluiu, como disse a partir dos jogos Panamericanos de 2007 e se consolida na candidatura aos principais megaeventos: Copa do Mundo Fifa 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Significativo para consolidar as estratégias de inserção na agenda pública foi a proposição da III Conferência Nacional de Esportes, cujo lema foi “Por um time chamado Brasil”, e o tema “Plano Decenal de Esporte e Lazer -10 pontos para Projetar o Brasil entre os 10 mais”.

Mascarenhas (2012b) segue afirmando que os megaeventos esportivos no Brasil pautam a agenda pública de esporte e lazer, mas pelo que vimos ultrapassam a agenda pública simplesmente desse setor justamente pelos legados anunciados suplantarem as demandas somente de esporte e lazer, já que foram anunciados como legados *transformação da cidade; inserção social: habitação, treinamento e emprego; juventude e educação; e esportes*.³⁴ A partir dos legados proclamados há toda uma mobilização de atores, grupos sociais e instituições, utilizando discursos que partem de necessidades, mas que trazem no bojo interesses capitalistas, sobretudo a rentabilidade econômica e o capital político de possível agregação durante o processo.

Segundo se lê no Dossiê de Candidatura aos Jogos Olímpicos (COMITÊ ORGANIZADOR..., 2009), é possível justificar a realização dos jogos como um grande empreendimento justamente por envolver financiamento público, o que potencializa o empreendimento esportivo como propulsão para o desenvolvimento econômico do país e desperta credibilidade de investidores em âmbito nacional e internacional e, claro, traz perspectivas de lucros.

³⁴ Mascarenhas (2012b) apresentou de forma sintética as metas que constituem todos os legados anunciados para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro 2016, retirados do dossiê de candidatura publicado pelo COB.

Penso então, concordando com Mascarenhas (2012a) é que os megaeventos esportivos, no caso Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 se constituem em iniciativa inscrita dentro de um modelo de desenvolvimento no qual o Estado é protagonista. Esse modelo pressupõe o Estado estável e com ações distributivas, por isso mesmo forte já que utiliza de estratégias que induzem o crescimento econômico por meio do controle de investimentos nos negócios brasileiros, tudo planejado em longo prazo.

O autor supramencionado diz ainda que nesse modelo se encaixa o projeto olímpico. Se observarmos o eixo estrutural do projeto, o Estado age na figura de investidor, financiador e de promoção social. O investimento se dá nas obras de infraestrutura, o financiamento se faz com o sistema econômico concedendo créditos para que a iniciativa privada desenvolva projetos de construção em áreas como o esporte, hotelaria, turismo, tecnologias de informação e telecomunicações. Por outro lado, utilizando-se de grandes projetos sociais atrelados ao esporte, como o Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer da Cidade,³⁵ o Estado intervém junto a grupos vulneráveis em áreas que são reurbanizadas e pacificadas, constituindo essa intervenção em uma política que associa ações de segurança pública com ações sociais.

Mencionando Vainer, Mascarenhas (2012a, p. 42) afirma que tanto os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, quando os demais megaeventos esportivos que ali acontecerão “[...] estão ligados, portanto, a uma revolução no sistema urbano, a uma nova modalidade do planejamento e ordenamento territorial, fazendo da cidade uma espécie de empresa que concorre no mercado com outras cidades empresa”.

Bueno (2008) utilizou-se da teoria das redes de coalizões advocatícias para demonstrar que historicamente no Brasil há grupos (coalizões) que direcionam os rumos das políticas públicas de esporte e lazer com predomínio para investimentos no chamado esporte de alto rendimento. Segundo o autor isso ocorreu e ainda ocorre porque os valores atrelados ao esporte de alto rendimento têm sua propagação em alinhamento com os projetos ideológicos de Estado em diversos períodos. No que diz respeito à ação dos grupos de interesse atrelados ao esporte de alto rendimento, Mascarenhas (2012a) diz que esses grupos estiveram frequentemente alinhados com o Estado em razão das relações de hegemonia estabelecidas para manutenção do poder e também permitia estratégias de acumulação. Portanto, segundo o mencionado autor, não há novidade na relação entre

³⁵ Programas implementados pelo Ministério do Esporte. Maiores detalhes acessar <www.esporte.gov.br>

esses grupos e o Estado atual na condução do projeto olímpico brasileiro, assim como fica clara mais uma vez a predominância na estrutura piramidal esportiva para o esporte de alto rendimento, inclusive com predomínio dos financiamentos, que claramente deveriam privilegiar o esporte educacional, conforme prevê a Constituição Federal em seu Art. 217, inciso II (BRASIL, 2013).

Retomo o que já havia falado para afirmar que, o alinhamento do projeto olímpico aos interesses do Estado está inscrito em perspectivas mais amplas, que Mascarenhas (2012b, p. 45) afirmou ser o de “[...] desenvolvimento nacional, matizado pelo reposicionamento do país na geopolítica mundial e recuperação do papel do Estado”.

Nesse ponto, chamo a atenção para as evidências até aqui mencionadas e que se relacionam com o Processo de Cadastramento e Seleção de Locais de Treinamento Pré-jogos, especificamente tomando as evidências para o caso do Estado do Espírito Santo, onde pude coletar material empírico com proximidade. Pelo que pude constatar, aparentemente as percepções verificadas na postura do governo brasileiro em relação aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, repica nos estados e cidades que se cadastraram no mencionado processo implementado pelo Comitê Rio2016™. No caso específico do Estado do Espírito Santo, e também das cidades capixabas que abrigam as instalações selecionadas como Locais de Treinamento Pré-jogos, parece evidente o alinhamento de instituições esportivas, entidades proprietárias e setor empresarial com projetos políticos e econômicos do Poder Público local. Esse alinhamento me permite transferir a discussão teórica que aqui implementei dialogando com Mascarenhas, Menicucci e Bueno desde as relações do governo brasileiro e as coalizões do esporte de alto rendimento, para as relações entre o governo capixaba e as coalizões locais.

Pelo que pude expor até aqui, estou convencido de que a problemática apresentada está também delineada por hipóteses potencialmente demonstráveis, a partir da apresentação dos indícios empíricos, da discussão com a literatura e dos meus argumentos pessoais.

Especificamente no que diz respeito ao alinhamento do Estado com as coalizões dominantes no esporte, deve-se levar em consideração que a relação é bidirecional. Nesse sentido, apenas como sinalização, faço lembrar que a produção sociológica sobre o esporte tem uma tradição de atribuir a esse objeto o estigma de ferramenta de dominação por parte de grupos dominantes na sociedade, que buscam legitimação e manutenção de interesses orientados pelo capital. Taffarel e Santos Junior (2011), Melo e Alves Junior

(2003), Pinto (2008), entre outros, foram alguns intelectuais que nos ajudaram a perceber que de fato o uso do esporte não é despretensioso, descomprometido, ou ingênuo. Contudo, esse tipo de uso é potencializado e ampliado quando efetivado junto a comunidades de sujeitos tem formação insuficiente do ponto de vista político-pedagógico, sobretudo com ênfase em crítica e intervenção na realidade social.

Da mesma forma, quando se pensa no âmbito das políticas públicas, conforme captamos de Sabatier e Hank (1993), sabemos da força que têm as coalizões de interesse. Não é exatamente o que se está observando no caso do Processo de Cadastramento e Seleção de Locais de Treinamento Pré-Jogos no Estado do Espírito Santo, porque esse Processo implementado pelo Comitê Rio2016™ não se caracteriza como Política Pública. Contudo, não se pode descartar o debate sobre as formas de organização das coalizões, mesmo em se tratando de articulações da iniciativa privada, sistematizando ações do Poder Público em favor de resultados interessantes ao setor privado, ou vice-versa.

Considerações Finais

A construção/adequação de equipamentos esportivos nas cidades brasileiras implementadas de acordo com o Processo de Cadastramento e Seleção de Locais de Treinamento Pré-jogos instituído pelo Comitê Rio2016™, e incentivada pelo Poder Público no país em diferentes esferas, tende a não se concretizar em uma política de acesso público de direito aos equipamentos esportivos ou mesmo de acesso a programas de políticas públicas nos equipamentos esportivos, devendo-se esse processo a pelo menos dois fatores: porque parte dos equipamentos é de propriedade privada, não se fazendo perceber perspectivas de programas de animação via parceria público-privado nesses equipamentos. Da mesma forma, os equipamentos públicos também tendem a não se inscreverem em uma perspectiva ampla de políticas acesso, porque o uso desses equipamentos em geral é delimitado pela especialização na construção, o que impele ao uso especializado e focalizado por sujeitos que transitam com status e especialistas no âmbito esportivo.

Em virtude do exposto, todo o discurso de legado tangível dos Jogos Olímpicos Rio 2016 para as cidades selecionadas a constar no Guia de Locais de Treinamento Pré-jogos, anunciando retorno financeiro em curto prazo às entidades e desenvolvimento de

uma cultura esportiva, fica comprometido em termos de possibilidades de alcance de objetivos que beneficiem sujeitos de direito nessas cidades.

Meu objetivo nesse trabalho é de ampliar o debate no sentido de agregar argumentos às discussões acadêmicas que envolvem os megaeventos esportivos. Dessa forma, as questões no momento são apenas introdutórias, e intenciono desenvolvê-las com maior propriedade em outros momentos com maior densidade teórica e dados empíricos ainda mais consistentes.

Referências

AREIAS, K. T. V. ; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira ; SANTOS, M. I. ; SILVEIRA, A. C. G. ; SILVA, N . **Perspectivas de Contribuição do Setor de Esporte e Lazer para o Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo**. In: *XIII Seminário O Lazer em Debate, 2012, Belo Horizonte. Coletânea do XIII Seminário O Lazer em Debate*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. v. 1. p. 245-251.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BUENO, L. **Políticas Públicas do esporte no Brasil : razões para o predomínio do alto rendimento**. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo – 2008

COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016. **Rio 2016: cidade candidata. Dossiê de candidatura**. Rio de Janeiro: COB, 2009.

COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016. Processo de Cadastramento e Seleção de Locais de Treinamento Pré-jogos: Regulamento. Rio de Janeiro: Comitê Rio2016™, 2011. Disponível em <<http://www.rio2016.com/treinamentoprejosos/>> Acesso em 02 de dez. de 2011.

GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025**. Vitória: Macroplan, 2006.

MARTINUZZO, J. A. **A Televisão no Espírito Santo – Trajetória histórica e conexões socioeconômicas e políticas do modelo**. In: *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)*. v. 1, n.2, Jul. 2012/ Dez. 2012

MASCARENHAS, F. **Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami**. *Revista Movimento*. Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 39-67, jan/mar de 2012a.

MASCARENHAS, Fernando; SILVA, Ana Márcia. **A academia vai ao Olimpo: por uma política de ciência, tecnologia e inovação em esporte e lazer.** *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, Año 17, Nº 171, Agosto de 2012b.

MELO, V. A.; ALVES JR, E. D. **Introdução ao Lazer.** Barueri-SP: Manole, 2003.

MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F; LINHALES, M. A (ORG'S). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer.** Belo Horizonte: editora da UFMG, 2006.

PINTO, L. M. de M. Estado e sociedade na construção de inovações nas políticas sociais de lazer no Brasil. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (ORG). **Políticas Públicas de Lazer.** Campinas: Alínea: 2008

POYNTER, G. **From Beijing to Bow Bells: Measuring the Olympic effect.** London: London East Research Institute/Working Papers in Urbane Studies, 2006

SABATIER, P. A., & HANK, C. **Policy change and learning: an advocacy coalitian approach.** Boulder: Westview Press, Inc. 1993.

SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto Promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília-DF, 2013.

TAFFAREL, C; SANTOS JUNIOR, C. L. Políticas de esporte e lazer para o campo e a cidade. In: ISAYAMA, Helder Ferreira et al (ORG's). **Gestão de Políticas de esporte e lazer.** Belo Horizonte: editora da UFMG: 2011.

TERRA, R. B. **Megaeventos esportivos e políticas públicas: jogos pan-americanos 2007 e suas relações com a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Exercício e do Esporte da Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 2012.